

José Cruz/Agência Senado



Em agosto, agentes penitenciários pediram à CCI a aprovação do projeto

## Dilma veta permissão para que agente penitenciário use arma fora do trabalho

Foi publicado no *Diário Oficial da União* de hoje o veto da presidente Dilma Rousseff ao projeto de lei que permitiria que agentes penitenciários e outras categorias profissionais portassem armas de fogo fora do horário de trabalho (PLC 87/11).

A presidente informou que a autorização implicaria uma maior quantidade de armas em circulação, o que iria na contramão da política nacional de combate à violência.

Além disso, de acordo com Dilma, a legislação já prevê a possibilidade de requerer a autorização de porte para defesa pessoal, conforme a necessidade individual.

Segundo o projeto vetado, guardas prisionais, integrantes de escoltas de presos e guardas portuários também poderiam circular armados nos horários de folga.

O registro, a posse e a comercialização de armas de fogo são disciplinados pelo

Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03), que diz ser proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, mas há exceções.

Pelo estatuto, as exceções incluem os integrantes das Forças Armadas, policiais, guardas municipais de cidades com mais de 50 mil habitantes, agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e agentes prisionais, entre outros. Alguns têm o direito de portar arma também fora de serviço — o que não é o caso dos agentes penitenciários.

O veto deve ser apreciado em sessão conjunta do Congresso, dentro de 30 dias a contar do recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos deputados e senadores. Se o veto for derrubado, o projeto será enviado à presidente da República para promulgação.

## Presidente sanciona lei que dá incentivo fiscal para organizadores da Olimpíada 2016

Dilma também vetou o texto final da medida provisória que instituiu benefícios tributários para estimular a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 (MP 584/12).

Foram eliminados três dispositivos inseridos pelo Congresso. O artigo 25 estendia os benefícios fiscais às empresas executoras de serviços e obras de infraestrutura urbana; um parágrafo do artigo 5º estipulava que as isenções sobre importações poderiam ser concedidas a bens de valor unitário superior a R\$ 5 mil; e parte do artigo 28 poderia possibilitar a revisão, por mero procedimento administrativo, dos

recolhimentos de tributos das mesmas entidades envolvidas com os jogos decorrentes de fatos ocorridos ainda em 2012.

Os incentivos que ficam na lei beneficiam atividades executadas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), pela Autoridade Pública Olímpica (APO) e pelo Comitê Rio 2016, entre outros.

Outro texto aprovado pelo Congresso, que impediria recolhimento da carteira de habilitação do motorista que conduzir um veículo de categoria diferente daquela para a qual está habilitado (PLC 172/09), foi vetado integralmente pela presidente.

# Sem novos critérios, Tesouro faz último repasse do FPE 2012

Ministério da Fazenda liberou aos estados R\$ 2,6 bilhões com base na regra anterior, condenada pelo STF. Congresso deve votar em fevereiro mudança na distribuição

Os estados recebem hoje da União R\$ 2,683 bilhões, correspondentes ao Fundo de Participação dos Estados (FPE). A distribuição acontece em meio a impasse criado pelo fato de o Congresso não ter cumprido a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) de votar novas regras até 31 de dezembro. O Ministério da Fazenda liberou o repasse com base em parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) que argumenta tratar-se de parcela referente aos últimos dez dias de 2012 — fora, portanto, do prazo estabelecido pelo STF.

A questão agora é definir como serão os próximos repasses. A primeira parcela relativa a 2013 (1º a 10 de janeiro) deveria ser transferida dia 20, mas o pagamento será antecipado para o último dia útil antes da data (18).

Romero Jucá (PMDB-RR) alertou que o FPE é fundamental para os estados mais

pobres. O mesmo entendimento é do ministro interino da Fazenda, Nelson Barbosa. Segunda-feira, ao deixar reunião com o presidente do STF, Joaquim Barbosa, ele disse que a maioria dos estados têm nessa fonte uma importante parcela de sua receita total.

— Tendo em vista que o Congresso não aprovou a tempo a mudança, a União veio apresentar ao STF a importância econômica desse problema — disse o ministro.

### Propostas

Para Walter Pinheiro (PT-BA), é possível aprovar em fevereiro proposta de autoria dele para mudar os critérios.

— O Tesouro deve continuar os repasses, pois a verba não é dele. A não ser que o STF intervenha, mas isso implicaria perda de R\$ 50 bilhões nos cofres de todos os 26 estados e do Distrito Federal — disse.

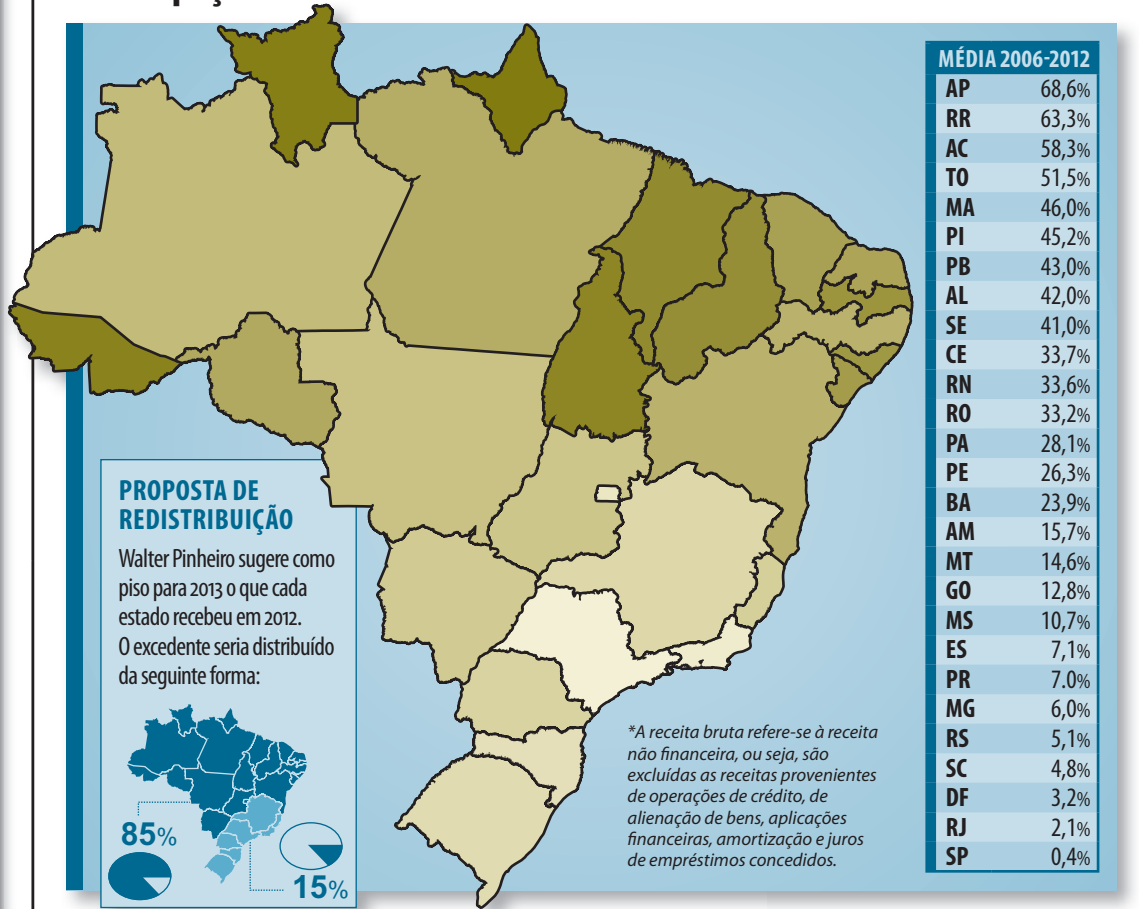
Oito propostas sobre o tema tramitam em conjunto na

Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), onde o relator é Vital do Rêgo (PMDB-PB). Pinheiro, que deve ser relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ressalta que a proposta seria para os próximos três anos, evitando perdas significativas.

O substitutivo mantém como piso para 2013 o que cada estado recebeu em 2012. O excedente seria redistribuído em 85% para Norte, Nordeste e Centro-Oeste e 15% para Sul e Sudeste. Dentro de cada região, a divisão se daria com base na população e na renda domiciliar per capita.

Pelas regras atuais, 44% da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI são destinados assim: 21,5%, para o FPE e 22,5% para o Fundo de Participação dos Municípios. Os índices de repasse são calculados pelo TCU, baseados na população e na renda per capita. Estados do Norte e do Nordeste ganham mais.

## Participação do FPE na receita bruta\* dos estados e do Distrito Federal



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/MF

**Novo presidente do Senado será escolhido em 1º de fevereiro 2**

**Sarney decidirá após viagem a SP sobre convocação de ministros 3**

**Oposição critica governo pelo risco de apagão elétrico 3**



# Senado Federal escolherá seu novo presidente no dia 1º de fevereiro

Já os deputados escolherão o presidente da Câmara no dia 4, mesma data da abertura oficial dos trabalhos do Congresso em 2013

O NOVO PRESIDENTE do Senado será escolhido no dia 1º de fevereiro, sexta-feira, em reunião preparatória marcada para as 10h. A informação foi confirmada pela secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra.

Segundo ela, é provável que o presidente eleito convoque imediatamente uma nova reunião, destinada à eleição dos demais membros da Mesa Diretora: dois vice-presidentes, quatro secretários e os suplentes.

— A expectativa é essa, mas apenas o presidente eleito poderá confirmar essa segunda convocação — ressaltou.

Na segunda-feira seguinte, será a vez da Câmara dos Deputados fazer a eleição do presidente, às 10h. Também para o dia 4 de fevereiro, às 16h, está marcada a sessão conjunta na

qual o Congresso oficialmente abrirá os trabalhos legislativos do ano de 2013.

Depois, o presidente do Senado poderá convocar uma sessão específica para a análise do Orçamento de 2013, que acabou não sendo votado no ano passado por causa de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que trancou a pauta do Congresso até a votação dos mais de 3 mil vetos presidenciais cujo prazo de deliberação já venceu.

## Primeira votação

Quando o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), esclareceu que a decisão se referia apenas à ordem de apreciação dos vetos (ou seja, o Orçamento poderia ser votado), já não havia mais tempo hábil para



Claudia Lyra diz que eleição da Mesa Diretora também deverá ser no dia 1º

mobilizar os parlamentares antes do recesso.

Claudia Lyra destaca ainda a possibilidade de haver uma sessão não deliberativa do Senado no dia 4, que poderá

Jane de Almeida/Agência Senado

ser aproveitada para pronunciamentos. O Regimento Interno do Senado, inclusive, prevê uma sessão desse tipo antes de a pauta de votações começar a ser avaliada.

— Também não há como prever a pauta da primeira sessão deliberativa, que será direcionada pelo novo presidente da Casa — explicou a secretária-geral.

O presidente da Mesa não pode ser reeleito para o cargo imediatamente após o encerramento do mandato, a não ser que haja uma troca de legislatura, o que não é o caso em 2013. A atual legislatura (54ª) teve início em fevereiro de 2011 e será encerrada em fevereiro de 2015. Dessa forma, o atual presidente do Senado, José Sarney, não pode ser reeleito para o cargo.

## Visitas guiadas ao Congresso receberam quase 182 mil pessoas em 2012

Em 2012, quase 182 mil pessoas participaram das visitas guiadas ao Congresso. O número é maior que o registrado em 2011, com pouco menos de 180 mil visitantes, e representa mais de 20 vezes o registrado em 1995, primeiro ano do programa de visitas.

As visitas são gratuitas e abertas a toda a população. Acontecem todos os dias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, das 9h30 às 17h, sem interrupções. As saídas dos grupos ocorrem a cada 30 minutos, a partir do Salão Negro. O programa de visita oferece, ainda, guias

em outros idiomas. Em 2012, cerca de 7.500 estrangeiros participaram das visitas.

Segundo o coordenador de Visitação Institucional da Secretaria de Relações Públicas do Senado, Aguirre Estorilio,

58% dos visitantes procuram o Congresso nos finais de semana e feriados. Os meses com maior número de visitantes em 2012 foram julho, com 22.520, e janeiro, com 16.597. Em dezembro, participaram das

visitas 14.739 pessoas.

Segundo Aguirre, a visita, feita com monitores treinados, é uma “verdadeira aula”.

— À medida que vamos caminhando, explicamos cada espaço, a história, o processo legislativo, a composição do Parlamento — afirmou.

Mais informações sobre a visita podem ser obtidas na página [www.senado.leg.br/senado/visite](http://www.senado.leg.br/senado/visite), pelo e-mail [visite@senado.gov.br](mailto:visite@senado.gov.br) ou pelos telefones (61) 3303-4671 e 3303-1581, de segunda a sexta-feira. Aos sábados, domingos e feriados, é só ligar para (61) 3216-1768, das 9h30 às 17h.



Grupos são conduzidos por equipe de monitores do Senado e da Câmara

Jonas Pereira/Agência Senado

## Viveiro de mudas completa um ano e agora busca autonomia

O Senado possui 100 mil metros quadrados de área gramada e vários jardins espalhados pelas dependências. Prestes a completar um ano de implantado, o viveiro de mudas autossustentável consegue produzir plantas e abastecer essa área verde. Segundo o

arquiteto responsável, Mario Viggiano, o viveiro marcou um grande avanço. Com cerca de 300 metros quadrados, foi a primeira construção do Senado totalmente voltada para a sustentabilidade.

— Para a total autonomia, ou seja, para conseguir abastecer

todas as áreas da Casa só com plantas cultivadas pelo viveiro, pretendemos agora adquirir e cultivar plantas adultas. O principal foco é a produção de flores, forragens e árvores — diz.

No viveiro, todo o lixo orgânico produzido pelo Senado passa por um processo ecológico de

compostagem, dando origem ao adubo utilizado nos jardins. Também é utilizado o adubo vermicomposto, obtido pela criação de minhocas.

O aproveitamento da água da chuva é um dos critérios adotados na construção do viveiro. Com auxílio de painéis

fotovoltaicos, o local produz a própria energia elétrica a partir da luz solar (e a capacidade excedente é direcionada para uso do setor de transporte). Todas essas medidas reduzem o impacto no meio ambiente e trazem economia aos gastos com jardinagem.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney

**Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz

**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka

**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena

**Segundo-secretário:** João Ribeiro

**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino

**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



## PEC que proíbe coligações em eleição de deputado está pronta para ser votada

A partir de 2014, as alianças partidárias poderão limitar-se às eleições para presidente, governador, prefeito e senador. A mudança está prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 40/11, pronta para o primeiro turno de votação no Plenário do Senado.

Aprovada a proposta, passarão a ser proibidas as coligações proporcionais, por meio das quais diversos partidos podem apresentar uma chapa comum nas eleições de vereadores e de deputados federais e estaduais.

A PEC tem José Sarney (PMDB-AP) como primeiro signatário e faz parte do conjunto de propostas nascidas na Comissão de Reforma Política do Senado.

Em outubro de 2011, ela foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Pouco antes da votação em Plenário, porém, foram apresentadas quatro emendas. Em junho de 2012, a CCJ acolheu parecer do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), contra as emendas de Plenário, cujo principal objetivo era preservar as coligações proporcionais.

Segundo a PEC, são admitidas coligações eleitorais



Valdir Raupp, relator da PEC na Comissão de Constituição e Justiça exclusivamente nas eleições majoritárias, “sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal”.

Os autores argumentam que as coligações proporcionais são “uniões passageiras, sem afinidade entre os partidos no tocante ao programa de governo ou ideologia”. Elas serviriam só para aumentar o tempo de propaganda eleitoral no rádio e na TV de partidos maiores e garantir maior número de cadeiras nas Casas Legislativas para partidos menores, ou permitir que esses partidos alcancem o quociente eleitoral. Além disso, o voto do eleitor no candidato de um partido pode acabar elegendo candidato de outro partido da coligação.

## Crime de corrupção deve passar por tribunal do júri, propõe Cyro Miranda

O tribunal do júri pode passar a avaliar crimes de corrupção, ativa ou passiva, e até mesmo tentativas de corrupção. Projeto com esse objetivo, de Cyro Miranda (PSDB-GO), aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

O tribunal do júri é composto de um juiz de Direito (magistrado togado), que o preside, e de 25 jurados (leigos), sorteados dentre cidadãos previamente alistados. Os jurados devem ser maiores de 18 anos e ter notória idoneidade, ou seja, não ter antecedentes criminais. O júri vai decidir se o réu será ou não considerado culpado.

De acordo com o Código de Processo Penal (CPP), quem cometer homicídio, induzir ou auxiliar a suicídio, infanticídio e aborto (crimes dolosos contra a vida) deve ser julgado pelo júri. O projeto (PLS 39/12) altera o CPP para incluir crimes de corrupção entre os passíveis de serem julgados por esse tribunal popular.

“A penalidade para a corrupção é um conjunto de probabilidades de ser pego,



Cyro diz esperar que a medida diminua as chances de impunidade

e, uma vez pego, de ser punido. Isso é importante para que o indivíduo tome a decisão de ser corrupto ou não”, argumentou Cyro.

Pesquisa da ONG Transparência Internacional apontou, em 2012, o Brasil no 73º lugar no ranking dos países mais corruptos do mundo, entre 182 países, informou o senador. Numa escala de zero (muito corrupto) a dez (muito limpo), o Brasil obteve nota 3,8.

Para Cyro, é importante dificultar a prática da corrupção, já que “os atores políticos no país não distinguem o que seja amoral ou imoral”. No Brasil, a diferença entre as ações dos políticos, disse o senador, muitas vezes é determinada apenas pelo seu sucesso ou não.

Oposição quer que ministros da Fazenda e do Planejamento compareçam ao Congresso para explicar “manobras” que elevaram superávit de 2012; presidente do Senado diz que ainda não analisou pedido

## Sarney decidirá após viagem sobre convocação de Mantega

EM VISITA HOJE à Biblioteca do Senado, o presidente da Casa, José Sarney, afirmou que ainda não teve tempo de decidir sobre o requerimento em que partidos de oposição pedem a convocação do ministro da Fazenda, Guido Mantega, e da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para que expliquem as medidas utilizadas pelo governo para aumentar o superávit primário de 2012. Sarney disse que decidirá depois de voltar de uma viagem a São Paulo.

O requerimento foi apresentado na terça-feira pelo deputado federal Carlos Sampaio (PSDB-SP), que assumirá em fevereiro a liderança dos tucanos na Câmara. Na opinião de Sampaio, o governo fez “manobras contábeis” para aumentar as receitas e, portanto, o superávit. Para ele, a audiência com os ministros poderia ser realizada ainda durante o recesso parlamentar.

Indagado por jornalistas se vai deferir o pedido, Sarney disse que está em vias de viajar para São Paulo, mas que entende que, em casos assim, o Regimento Interno do Senado determina que os convocados tenham 30 dias para comparecer ao Senado.

— No caso de convocação de ministros e autoridades, uma vez convocados, eles têm 30 dias para comparecer. São eles quem marcam a data, os convocados, quando podem comparecer, acordados com a comissão. Seria o caso de



Sarney diz que ainda não despachou requerimento de convocação de ministros

consultá-los para ver se estão dispostos a vir nesse período, porque eles têm direito de comparecer em até 30 dias.

Sarney explicou por que ainda não viu o requerimento de convocação de Mantega e Miriam:

— Praticamente eu cheguei ontem. Eu estou vindo aqui para visitar a exposição [na Biblioteca do Senado] antes que ela se encerre. E, como eu estou indo para São Paulo, onde vou passar a próxima semana fazendo exames médicos de rotina, quando eu voltar, naturalmente, vou verificar o que há para se despachar.

### Modernização

Acompanhado da secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, Sarney visitou a exposição *Modernidade no Senado*, que mostra informações sobre iniciativas e avanços tecnológicos destinados a dar mais transparência à instituição e aproximá-la do público.

Ele disse que estão exibidos os caminhos percorridos pelo Senado até a era da internet.

— Nós saímos da idade da pedra e estamos na idade da informática. A Casa está totalmente informatizada e, ao mesmo tempo, com grande transparência. Não há uma repartição pública no Brasil que tenha um portal de transparência igual ao nosso, no qual se podem acessar todos os dados e fazer pesquisa em todos os setores. O que acontece muitas vezes é que as pessoas não estão ainda devidamente treinadas e não sabem os instrumentos que estão à sua disposição para buscar as informações.

Sarney disse que é possível ver como eram feitas manualmente as anotações de projetos e como são hoje digitalizadas.

— Os senadores têm acesso, por tablet, a tudo o que se passa aqui e podem se preparar para discutir os projetos com maior profundidade, uma vez que há um planejamento de inclusão de pauta. Tudo isso pode-se ver nesta exposição, que conseguiu focar aquilo que desejávamos mostrar, o avanço do Senado no caminho da modernidade.

## Para oposição, governo não age para evitar apagões

A oposição continua criticando o governo pela possibilidade de racionamento de energia elétrica, que estaria sendo discutida por técnicos diante da queda no nível de água dos reservatórios. Para Alvaro Dias (PSDB-PR), a providência que resta, ante a ação do governo, é “rezar para chover bastante”.

— Há alguns anos eu venho alertando, em função da opinião de especialistas, que é necessário mudar o comportamento em relação ao setor de energia — afirma.

Segundo ele, os investimentos foram insuficientes, principalmente na manutenção de redes de transmissão. O resultado, na avaliação do senador, são o sucateamento e a perda de pessoal qualificado para resolver os problemas.

Dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico mostram que o nível dos reservatórios está até 62% abaixo do registrado no ano passado e continua a cair. Os níveis atuais já são mais críticos que os de dezembro de 2000, período da crise energética que antecedeu o racionamento de junho de 2001.

### “Tranquilidade”

Apesar dos alertas, o governo descarta a hipótese de racionamento e fala em “expectativa de tranquilidade” com a operação de novas usinas térmicas com 2.500 megawatts (MW), além de mais 9 mil MW de capacidade de geração de energia.

No entanto, o risco reforçado pelos sucessivos apagões registrados desde setembro em todas as regiões do país já

levou a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abra-ce) a sugerir às indústrias que reduzam voluntariamente o consumo, numa espécie de racionamento branco.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) avalia que a crise só não é pior porque a economia brasileira não cresce na média dos países desenvolvidos — o consumo de energia não aumenta significativamente. Ele lembra que a presidente Dilma Rousseff já foi ministra de Minas e Energia.

Flexa crê que ativar usinas térmicas não resolve o problema, pois não há produção de gás suficiente.

Ele diz que a crise no setor pode forçar um aumento nas tarifas, com mais termelétricas. Outra consequência, segundo Flexa, será a suspensão do barateamento das contas de luz prometido para este ano.